

O3EKL-880907TsM9

O SOCIALISMO E A PROPRIEDADE

Pelo Prof. Vladimir CHKREDOV

A história contemporânea evoluiu de forma a que o modo de produção capitalista, que já começava a parecer irremediavelmente condenado à degradação completa, ganhasse nas últimas décadas "segundo fôlego", levasse a cabo uma revolução técnico-científica e aplicasse eficientemente os seus resultados em todos os domínios da vida social. Inversamente, na União Soviética surgiram a evoluíram processos de estagnação e pré-crise. A explicação científica deste paradoxo histórico exige uma análise comparativa da evolução das relações de propriedade nos países capitalistas industrializados e na União Soviética.

As relações de propriedade capitalista alteraram-se radicalmente. Nos sectores básicos da economia a propriedade privada assumiu formas mistas, ou capitalistas colectivas ou capitalistas estatais. Estas transformações eliminaram os entraves que a propriedade privada impunha à acumulação de capital, à especialização da produção e ao progresso técnico-científico. Em meados do século passado Marx concluiu que a formação de sociedades anónimas conduzia à supressão do capital enquanto propriedade privada no quadro do modo de produção capitalista. Marx considerava as sociedades anónimas, o crédito bancário e as fábricas cooperativas formas transitórias reveladoras de aparecimento e desenvolvimento de um novo modo de produção à medida que as forças produtivas progrediam.

As relações de propriedade dominantes nos sectores básicos da produção capitalista alteraram-se sensivelmente, <sup>enquanto</sup> ~~mas~~ na União Soviética as formas de propriedade estatal e cooperativa adoptadas nos anos 30 continuam praticamente invariáveis ainda hoje. A década de trinta foi marcada pela estatização quase total da indústria e do comércio. Milhões de camponeses aderiram a kolkho-

zes sem ter ganho primeiro experiência de associação em cooperativas mais elementares. A expropriação dos pequenos proprietários nas cidades (pequenos produtores e comerciantes) levou à nacionalização do sector de serviços, o que teve diversas consequências negativas, nomeadamente o domínio absoluto e ilimitado da propriedade estatal e cooperativa. Depois da Segunda Guerra Mundial recomeçaram as tentativas de resolver os problemas económicos através do reforço do centralismo estatal. As tendências conservadoras, burocráticas e arbitrárias predominavam na política estatal de propriedade.

Tudo isto conduziu ao crescimento vertiginoso e à dispersão dos investimentos, à exploração selvagem dos recursos naturais, ao esbanjamento do património público, considerado "de ninguém". Milhões de pessoas perderam o sentido de responsabilidade pelos meios de produção e pelos resultados do trabalho colectivo, ocorreu uma generalização dos roubos, do alcoolismo, da indiferença por tudo quanto não se relacionasse com os interesses pessoais.

Os trabalhadores não eram donos dos meios de produção e as autoridades estatais não controlavam de facto a produção, a distribuição, a troca e o consumo de produtos do trabalho colectivo. As relações de propriedade constituíam em meados dos anos 80 um dos principais entraves ao progresso socioeconómico da sociedade soviética.

Na economia política do socialismo continua a predominar a ilusão de que todos os cidadãos estão directamente ligados aos meios de produção mesmo antes do início da própria produção. Se tal acontecesse na realidade não seria necessário convencer milhões de pessoas a trabalhar honestamente, a velar pela disciplina, produtividade e qualidade do trabalho. Ao analisar o lugar do homem no sistema de propriedade socialista do Estado, não devemos esquecer que todos os cidadãos aptos a trabalhar são proprietários livres e independentes da sua força de trabalho. Nomeadamente, são livres de escolher a actividade e o local de trabalho. Portanto, o Estado enquanto proprietário dos

meios de produção não dispõem directamente da mão-de-obra individual. Uma das formas de atrair as pessoas ao trabalho é a possibilidade de obterem vantagens nas empresas estatais.

Assim, o relacionamento personalidade - sociedade envolve uma contradição objectiva, entre a propriedade individual da mão-de-obra e a propriedade colectiva dos meios e produtos de produção. No intuito de satisfazer os seus interesses individuais, os participantes no trabalho colectivo criam a mais-valia e, deste modo, satisfazem o interesse da empresa (o lucro) e o interesse da sociedade, que encontra a sua principal expressão material na parte do lucro líquido transferida para os cofres do Estado. Tal combinação de interesses implica que a remuneração individual do trabalho dependa dos resultados da actividade empresarial. Na União Soviética os salários formavam-se em função do fundo estatal, sem ligação à eficácia do trabalho das empresas. Assim, não raro, quem trabalhava pior ganhava tanto ou mesmo mais que os melhores trabalhadores das empresas mais rentáveis. A vinculação da remuneração do pessoal aos resultados do trabalho é um passo importante na resolução da contradição atrás referida.

Na verdade, o lugar do homem no sistema de propriedade socialista não se limita à sua atitude face aos meios de produção. Não é menos importante a situação socioeconómica das pessoas enquanto consumidores de bens e serviços. As suas necessidades são satisfeitas em parte através dos fundos sociais de consumo. Contudo, parte dos bens de consumo, por meio do salário e comércio a retalho, converte-se de propriedade estatal em propriedade individual. Essa parte é, por um lado, resultado da participação no trabalho colectivo e, por outro, premissa de reprodução da mão-de-obra. Assim, a propriedade individual funciona como forma objectiva de combinação dos interesses individuais e sociais, e seria errado limitar a esfera de propriedade socialista à atitude das pessoas em relação aos meios de produção. A propriedade dos meios de produção é indesligável da propriedade dos bens de consumo.

A tese errada sobre a existência no socialismo de uma ligação directa entre a força de trabalho os meios de produção originou a ilusão de que as pessoas entram em contacto directo com a sociedade ou o Estado e são, independentemente do posto e local de trabalho, "co-proprietários" dos meios de produção estatais. Consequentemente, tem diminuído o papel dos colectivos de trabalhadores enquanto elos de ligação entre a população activa e o Estado. É através dos colectivos de trabalhadores que a mão-de-obra se liga aos meios de produção e a população activa participa efectivamente nas relações de propriedade estatal.

A experiência mostrou que o socialismo não representa uma só grande fábrica funcionando à custa de toda a sociedade. A divisão da produção social em empresas autónomas e relativamente independentes umas das outras e do orçamento estatal é uma necessidade económica objectiva, imposta pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a utilização centralizada pelo Estado de parte do rendimento nacional também é um imperativo. A combinação do centralismo e da autonomia económica das empresas impõe-se progressivamente, apesar das imensas barreiras burocráticas. As empresas e os seus trabalhadores não deixam de ter interesses específicos, mesmo que as instâncias superiores os ignorem. A prática mostra que as empresas devem ter condições reais para possuir, gerir e utilizar independentemente os meios e produtos de produção. A Lei da Empresa Estatal cria as condições políticas e jurídicas necessárias para isso e define os colectivos de trabalhadores como proprietários que utilizam bens públicos para aumentar a riqueza nacional e assegurar a combinação harmoniosa dos interesses da sociedade, das empresas e dos trabalhadores.

A propriedade estatal é normalmente definida na literatura jurídica e científica como propriedade de todo o povo. Porém, esta definição está em contradição com o facto de, no que respeita aos seus interesses materiais e ao seu papel real na produção e administração económica, os trabalhadores se distinguirem sensivelmente uns dos outros enquanto participantes nas relações de

propriedade, seria errado definir o socialismo como "associação de produtores de todo o país". A desigualdade socioeconómica das pessoas enquanto participantes nas relações de propriedade não se circunscreve às diferenças entre a classe operária e o campesinato colectivizado, manifesta-se também na propriedade estatal. A autogestão real reproduz as diferenças socioeconómicas entre empresas e entre trabalhadores quanto às condições de trabalho, remuneração, volume e estrutura da propriedade individual. Face à existência dessas diferenças e ao facto de as empresas efectuarem a reprodução principalmente por conta própria, deve considerar-se prematura a definição da propriedade socialista do Estado como propriedade de todo o povo supostamente servindo os interesses de todos.

A nível científico generalizou-se a tendência para agrupar todas as formas de propriedade no socialismo, com excepção da individual, na categoria de "propriedade social". Porém, existem diferenças substanciais entre a propriedade estatal, directamente relacionada com o exercício do poder político, e a verdadeira propriedade social, baseada na autogestão aplicada de variadas formas. Tudo leva a crer que, com a criação das necessárias condições materiais e organizativas, a propriedade estatal diminuirá abrindo caminho ao alargamento da propriedade social de bens de consumo e meios de produção. As relações de propriedade adquirirão novas formas, disciplinadas juridicamente. Tal processo passa pela democratização dos organismos de poder do Estado e de administração económica, pelo aumento do papel das organizações sociais e alargamento da aplicação das mais diversas formas de autogestão.

As orientações prioritárias da política socioeconómica do Partido serão a revalidação e a adaptação das ideias leninistas sobre o cooperativismo às condições actuais, a par do fomento e desenvolvimento de diversas formas de propriedade cooperativa. Essa política encontrou expressão na Lei sobre o Cooperativismo na URSS. O carácter das relações tradicionais entre o Estado e os kolkhozes (bem como com as cooperativas de consumo) violava a

natureza intrínseca da propriedade cooperativa. Os kolkhozes perderam o direito de dispor dos seus próprios meios, bens e produtos de produção e de organizar autonomamente o trabalho colectivo nas suas explorações. Os kolkhozes não podem evoluir como empresas cooperativas enquanto não forem revistos os princípios de direcção da agricultura. A planificação e regulação da actividade dos kolkhozes pelo Estado devem assumir formas unicamente económicas, nomeadamente através do estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas por acordo directo entre vendedores e compradores. A tributação dos kolkhozes, que traduziria a propriedade estatal da terra, pode assumir a forma de renda, a cobrar em forma de imposto fundiário proporcional à dimensão e fertilidade do terreno.

A propriedade baseada no trabalho individual ocupa um lugar de destaque no sistema de relações sociais. Lamentavelmente, mesmo em teoria a ideia da incompatibilidade do socialismo com qualquer forma de propriedade privada converteu-se num dogma inquestionável, embora no sentido científico rigoroso tal conclusão não tivesse qualquer fundamento teórico ou prático. O marxismo-leninismo estabelece uma distinção clara entre a propriedade privada relacionada com a exploração da mão-de-obra alheia e a baseada no próprio trabalho do seu sujeito. Segundo Marx, a propriedade capitalista surge "no tórumulo da propriedade privada baseada no próprio trabalho". Na Rússia pré-revolucionária, a pequena produção e o pequeno comércio privado ocupavam um papel importante na estrutura económica. A estatização destas formas de actividade económica provocou a tendência de diminuição da eficácia socioeconómica do sector de serviços, do comércio a retalho e da produção de bens de consumo. Este facto mostra que não desapareceram as causas objectivas da necessidade de conservar e encorajar a actividade económica individual em diversos sectores da produção de bens e serviços. Por isso, a actual política do PCUS, orientada para incentivar o desenvolvimento da propriedade baseada no trabalho individual, não é um meio de conjuntura nem tem relação alguma com a alternativa socialismo

ou capitalismo. A propriedade baseada no trabalho individual pode e deve transformar-se num elemento integrante e indissociável do sistema de relações de produção da sociedade socialista.

A reforma da propriedade visa desenvolver a produção para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e aumentar o prestígio do socialismo. Todas as formas de propriedade são válidas desde que baseadas no trabalho colectivo ou individual (familiar), impulsionem o crescimento económico e contribuam para a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários, camponeses e intelectuais, enfim, de todos os trabalhadores.

("Kommunist" - Novosti)